

Fichamento de Teoria Geral do Estado I

Tocqueville – sobre a liberdade e a igualdade

Joao Manoel de Aro Braz	6846853	Maria Claudia Mitsui	11265174
José Vitor do Prado Neto	11289257	Priscila Santos de Souza	11347303

1. Contexto histórico

Tocqueville viveu entre 1805 e 1859, na França, logo em seguida à independência americana (1783) e a revolução francesa (1789), período no qual floresceram as idéias iluministas e ideais políticos liberais.

Nesse período a França passou, entre outros episódios, pelo:

- Estabelecimento das assembleias gerais, na qual a população teve participação política pela primeira vez, ao lado da nobreza e do clero, na condução do estado déspota
- Assinatura de declaração dos direitos do homem e do cidadão, de caráter jusnaturalista, que estabelecia direitos universais que diziam respeito à própria natureza da existência dos indivíduos, como “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”, consolidando os princípios de “propriedade, liberdade e vida”
- Abolição do feudalismo e das regras e privilégios estabelecidos no antigo regime

Neste período a França se torna uma república pela primeira vez na história, a primeira república francesa, mas o espírito republicano é subvertido pela ascensão dos Jacobinos e Robespierre ao poder, em um regime que rapidamente se transformou em uma ditadura na qual vários revolucionários foram executados. Os pais de Tocqueville foram condenados e somente escaparam da guilhotina graças ao golpe de 9 Thermidor. Em seguida se viu a instauração do império autocrático de Napoleão e a derrota dos ideais que inspiraram a revolução francesa, e a alternância entre os sistema de governo de império e república, que só viria a se consolidar com a terceira república em 1870.

Neste contexto, Tocqueville atuou como deputado a partir de 1839 na monarquia constitucional de Luis Felipe I, cargo que ocupou até a revolução de 48, na qual teve participação na assembleia constituinte. Em seguida foi ministro de relações exteriores de Napoleão III, mas é contrário ao golpe que leva à formação do segundo império, quando é preso e encerra sua carreira política.

2. Democracia e propagação da igualdade

A temática principal dos trabalhos de Tocqueville é a busca por um sistema de interação entre as pessoas que possibilitasse a manutenção de igualdade entre elas (no plano social, não

econômico) mas sem que se sacrificassem as liberdades individuais para isso. **Essa igualdade é encontrada por ele no arranjo democrático**, na qual o sufrágio universal permite a todos os participantes da vida política de uma nação participação igual e plena. Com isso, a questão sobre a qual ele se debruça passa a ser: **como garantir que o avanço da igualdade não restrinja a liberdade?** (contraposição com Hobbes, concordância com Locke).

Buscando responder a essa questão, Tocqueville se fascina pelos Estados Unidos da época, onde via um expoente no qual democracia se expandia na mesma medida que as liberdades individuais. Ao estudá-la, seu intuito não é de produzir meramente um retrato da democracia americana, mas buscar uma compreensão sobre o próprio fenômeno democrático e, inclusive, ajudar o povo francês a entender a transição entre uma ordem aristocrática antiga e uma nova ordem democrática.

É deste trabalho que nasce sua maior obra: “A democracia na América”, na qual retrata as organizações políticas e a convivência social nos EUA, buscando entender o impacto que o arranjo político tem na vida dos cidadãos e na igualdade social. Em um trecho, por exemplo, Tocqueville compara as leis de herança vigentes na França e nos EUA, concluindo que a lei francesa tende a criar privilégios e manter desigualdades, já que uma herança é passada para o primogênito, e portanto, é conservada integralmente, enquanto que nos EUA a propriedade é dividida entre todos os descendentes, fracionando o patrimônio e igualando as pessoas.

Este exemplo retrata algo que Tocqueville chamou de “fator gerador de igualdade”, no qual enquadrava qualquer elemento cultural que permitia aos indivíduos considerarem-se como iguais, como a expressão de idéias, princípios ou mesmo crenças de que os homens são iguais. Segundo Tocqueville, esses fatores tinham papel importante no desencadeamento e no desenvolvimento do processo igualitário, e se encontravam em abundância nos EUA.

É importante ressaltar que Tocqueville:

- Não esperava que outros países seguissem o mesmo arranjo democrático dos EUA, mas sim que cada nação desenvolvesse a democracia a seu modo particular
- Não acreditava que a democracia tivesse atingido seu ápice nos EUA, cabendo ainda muitas mudanças para aprimorá-la. Foi, inclusive, um dos maiores críticos sobre o regime de escravidão que ainda existia lá (e nas colônias francesas)

3. Perigos da subversão da democracia

Uma vez estabelecido que a democracia é o sistema que melhor proporciona a igualdade, a questão que se faz novamente importante é **como garantir que o avanço da igualdade não restrinja a liberdade?** A possibilidade de a democracia se transformar em uma tirania é a principal preocupação de Tocqueville, presente em todas suas obras e atuações políticas, e a sua maior missão é a de buscar a preservação da liberdade na igualdade.

Considerando que a atuação política de um povo é o que irá definir se essa democracia será liberal ou tirânica, Tocqueville vê no seu desenvolvimento a possibilidade de dois grandes perigos:

- O aparecimento de uma sociedade de massa que permitiria uma “tirania da maioria”
- O surgimento de um Estado despótico

No primeiro caso, seu temor é que a cultura igualitária de uma maioria destrua as possibilidades de manifestação de minorias ou indivíduos diferenciados. Isso se daria se os valores, hábito e cultura de uma sociedade fossem de tal forma definidos por uma maioria que quaisquer atividades ou manifestação de idéias que escapassem ao que a massa da população considerasse como normal ou correto, seriam impedidas de se realizar.

O segundo, igualmente perigoso, é menos óbvio: Para Tocqueville, o industrialismo capitalista da época incentivava os cidadãos a se dedicarem cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, abandonando assim seu interesse pelas coisas públicas. Deste modo, eles permitiriam o estabelecimento de um Estado que vai se progressivamente tomando para si todas as atividades. Isso se daria, na sua visão, por um Estado que começaria por decidir sozinho sobre todos os assuntos públicos, mas aos poucos se expandiria também para intervir também nas liberdades individuais, **permitindo o aparecimento de um Estado tirânico em plena democracia.**

Por isso mesmo, o próprio Tocqueville sugere que para evitar esse acontecimento e manter uma democracia saudável, se faz necessária a participação ativa de todos os cidadãos na vida política. Ainda no “A democracia na América” encontramos o trecho:

“quando os cidadãos são todos quase iguais, torna-se difícil para eles defender sua independência contra as agressões do poder. Como nenhum deles é forte o suficiente para lutar sozinho com vantagem, a única garantia de liberdade é que todos combinem forças”

Em outro momento, em uma fala muito semelhante às de Thomas Jefferson, afirma:

“Para viver livre, é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: esse é o preço da liberdade”

Além da atuação individual, outro fator que deve ser estar presente em uma democracia saudável é a existência de instituições que dificultem o surgimento tanto do autoritarismo quanto de uma sociedade massificada, como organizações de associações políticas que tenham como finalidade a defesa da cidadania e a existência de grandes partidos políticos. Além disso, Tocqueville também considera fundamentais a existência de instituições que desenvolvam a descentralização administrativa, o que obrigaria a maior participação por parte da população, e de uma constituição e de leis que possam garantir as liberdades fundamentais. Deste modo, redobra sua confiança na democracia, afirmando que as soluções para seus males podem todos ser encontrados nela própria.

4. Defesa dos princípios liberais na carreira política

Guiado por estes ideais liberais, Tocqueville sempre defendeu ao longo de sua carreira política posições que favorecessem a liberdade dos cidadãos franceses em relação aos poderes do Estado, como a liberdade de imprensa e a libertação dos escravos nas colônias. Somente na

educação fez a concessão de que deveria ser garantida pelo Estado, por ser fundamental para o pleno exercício da democracia, mas jamais deveria ser influenciada por ele.

Também combateu as idéias socialistas, que via como difusores de princípios políticos onde a preocupação com o igualitarismo estava presente, mas não a defesa da liberdade, e em especial porque via nelas uma defesa do aumento do poder do Estado, que deveria ser o único responsável pela direção política da nação. Isso significava, na sua visão, um Estado despótico, no qual a liberdade dos cidadãos desapareceria.

Fichamento do texto “A democracia na América”

O autor defende que o processo gradual de igualdade é: “... universal, durável, escapa dia a dia ao controle humano...”. Em uma França, previamente de regime monárquico, as instituições estadunidenses tornam-se objeto de estudo para a nova França republicana. No entanto, as leis da república francesa fatalmente divergirão das leis americanas, no entanto, os princípios constituintes estadunidenses são indispensáveis para todas as repúblicas, ou seja, tem um caráter universal.

Tocqueville viu nos Estados Unidos uma igualdade de condições, e concluiu que este era o ponto central de um possível processo democrático. Afirma a inevitabilidade do desenvolvimento da democracia, como algo natural e até divino, e defende a importância das leis, reforçando como estas deve ser “amadas” e respeitadas - “para se beneficiar dos bens da sociedade, é preciso submeter às suas obrigações.”

Acredita a harmonia do povo, que desfruta da igualdade e de menos miséria, tendo então o “bloco” da nação um destino mais próspero. Utiliza os EUA como exemplo e inspiração, já que, segundo o autor, têm uma igualdade quase completa de condições.

Situação social dos anglo-americanos:

A situação social pode ser produzida por:

1. fato
2. leis
3. fato e leis

Portanto, para conhecer a legislação e os costumes de um povo, deve-se conhecer a sua situação social.

Princípio da soberania popular na América:

Nos Estados Unidos, o princípio da soberania popular é reconhecido pelos costumes, proclamado pelas leis. Ocorre o contrário em outros lugares do mundo. Segundo Tocqueville, o princípio da soberania popular encontra-se escondido no fundo das instituições - é obedecido sem que as pessoas o reconheçam.

Há duas espécies de centralização:

1. Interesse comum a todas as frações de uma nação - Centralização governamental
2. Interesse específico para certa fração de uma nação - Centralização administrativa

Quando ambas centralizações se juntam, adquire-se uma força imensa. - Para o autor, uma nação não pode prosperar sem uma forte centralização governamental. No entanto, a administrativa serve para enfraquecer os povos que a ela se submetem (diminui o espírito de cidadania).

Nos EUA é o povo que governa:

O povo quem decide quem faz as leis, quem executa as leis e quem julga as leis. Isso para o autor é o extremo exercício da cidadania que leva a uma proteção da liberdade, e assim, da igualdade. O povo é quem dirige - governo em nome do povo, formado por, majoritariamente, cidadãos pacíficos (interesse do bem estar social).

Associação política nos EUA:

“O cidadão americano aprende que é preciso apoiar-se em si mesmo para lutar contra os males da vida”. S pessoas, notadamente, se juntam para uma segurança social, comércio e religião. - Poder coletivo dos indivíduos como uma maneira de proteção individual.

As associações políticas tem uma finalidade de extrema importância ao autor, que é a proteção da sociedade contra governos despóticos e autoritários. Ocorre, portanto, a defesa da democracia e dos ideais igualitários.

Onipotência da maioria nos EUA:

Para que haja um governo democrático, a vontade da maioria deve dominar e reger. A justiça forma o limite de direito de cada povo. É difícil a tarefa de fazer o povo participar do governo. O autor refuta a ideia da “maioria”, já que a ideologia de tal “maioria” se impõe acima da ideologia de uma “minoría”, que acaba sendo reprimida, sem suas vontades realizadas.